



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

## República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLI Nº 151-A

Brasília - DF, sexta-feira, 8 de agosto de 2014



Sumário	
	PÁGINA
Seção 1	
Ministério dos Transportes .....	1
Ministério de Minas e Energia.....	4
Seção 2	
Ministério dos Transportes .....	4
Seção 1	
Ministério dos Transportes	

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 273, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza as empresas que menciona a elaborar a complementação dos Estudos de Viabilidade Técnica com intuito de subsidiar a implantação da infraestrutura ferroviária da EF-151, no trecho entre Açailândia (MA) e Barcarena (PA), desenvolvidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelo Decreto nº 7.717, de 4 de abril de 2012, e pelo que consta nos Processos MT nº 50000.031405/2014-71 e MT nº 50000.021683/2014-11;

Considerando que é de interesse da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes a realização de projetos, estudos e levantamentos necessários ao estabelecimento das diretrizes para a elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias, em observância ao art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que cumpre, ainda, à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes, e ao seu Departamento de Concessões, especificamente, promover estudos técnicos e econômicos sobre concessões no setor de transportes; subsidiar a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes na implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes; analisar e submeter à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes os planos de outorgas encaminhados pelas agências reguladoras; analisar, desenvolver e avaliar os projetos de concessão, permissão e autorização do setor de transportes; e prospectar oportunidades de concessão em transportes, de acordo com o art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995, permite que seja autorizada a realização de estudos, levantamentos ou projetos, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, a serem especificados no edital;

Considerando que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 112/2012-Plenário, recomendou que o Ministério dos Transportes utilize, por analogia, o Decreto nº 5.977, de 1º de dezembro de 2006, sempre que conceder autorização para realização por

particulares dos estudos técnicos de que trata o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995;

Considerando que o Decreto nº 5.977, de 2006, estabelece que o valor máximo para eventual ressarcimento pelo conjunto de projetos, estudos, levantamentos ou investigações não poderá ultrapassar dois e meio por cento do valor total estimado dos investimentos necessários à implementação da respectiva parceria público-privada, percentual que por analogia deve ser adotado para a concessão em tela, e;

Considerando o disposto na Nota Informativa Nº 193/2014/DECON/SFAT/MT, de 5 de agosto de 2014, da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes e na Nota nº 682/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:CGJT/vtdr, aprovada pelo Despacho nº 835/2014/CONJUR-MT/CGU/AGU:GAB/acv, resolve:

Art. 1º Autorizar o desenvolvimento dos estudos técnicos relativos à implantação da infraestrutura ferroviária da EF-151, no trecho entre Açailândia (MA) e Barcarena (PA), pelas seguintes empresas:

- I - Urbaniza Engenharia Consultiva Ltda.;
- II - Triunfo Participações e Investimentos S.A - TPI/ Planos Engenharia S/S Ltda./ ITALFERR S.P.A/ TECNIC Tecnico e Consultenze Nell'Ingegneria Civile - Consulting Engineers S.P.A;
- III - Global Ace Participações e Investimentos Ltda./ ATP Engenharia Ltda./ SUNJIN Engineering & Architecture Co., Ltda.;
- IV - EPC Engenharia Projeto Consultoria S.A.;
- V - Norsk Hydro Brasil Ltda. / ATOC - Associação dos Terminais Portuários e Estação de Transbordo de Carga de Tocantins;
- VI - JSL S.A.;
- VII - ITB - Investimento em Infraestrutura do Transporte Brasileiro S.A./ CONTECNICA Consultoria Técnica Ltda./ LHB Consultoria e Projetos Ltda.;
- VIII - ISOLUX Projetos e Instalações Ltda./ ISOLUX COR-SAN Participações de Infraestrutura Ltda.;
- IX - Iridium Concesiones de Infraestructuras S.A./ Dragados S.A.;
- X - Companhia Brasileira de Alumínio- CBA;
- XI - Alusa Engenharia S.A.;
- XII - PROGEN - Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A.

Parágrafo único. As empresas autorizadas nos itens II, III, V, VII, VIII, e IX, desenvolverão seus estudos de forma associada entre as que compõem cada um desses itens.

Art. 2º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º têm por escopo a elaboração da complementação dos Estudos de Viabilidade Técnica a ser utilizado na estruturação de uma possível licitação da concessão do trecho ferroviário objeto desta portaria, abrangendo de maneira geral as seguintes atividades:

- I - Estudos Básicos: coleta e análise de informações do local de implantação; síntese de dados e parâmetros que serão utilizados para o dimensionamento do elemento de projeto;
- II - Projeto: elementos de projeto que permitirão a identificação e a quantificação dos serviços e materiais envolvidos na implantação da ferrovia;
- III - Orçamento: consolidação de uma planilha de quantidades de serviços e materiais e seus respectivos preços; caracterização global de todos os itens que comporão o orçamento necessário para a implantação de uma ferrovia; e
- IV - Cronograma físico - financeiro: cronograma elaborado para a implantação da ferrovia.

§ 1º Os estudos técnicos de que trata o art. 1º deverão contemplar no mínimo as atividades estabelecidas no Termo de Referência disponibilizado no site da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (<http://pilferroviass.antt.gov.br/>).

§ 2º As empresas autorizadas poderão propor alterações na configuração do traçado referencial, desde que a nova configuração atenda de forma mais ampla o interesse público, a critério da Comissão de Seleção instituída pela Portaria nº 272, de 07 de agosto de 2014, e não contemple trechos que façam parte de concessão já existente.

§ 3º A qualquer tempo a Comissão de Seleção mencionada no parágrafo anterior, poderá, a seu critério, solicitar que as empresas alterem, reifiquem ou complementem seus estudos.

Art. 3º O prazo final para a elaboração e apresentação dos estudos técnicos será de 180 (cento e oitenta) dias corridos a contar a partir da data de publicação desta portaria, podendo ser prorrogado, a critério do Ministério dos Transportes, mediante decisão fundamentada.

Art.4º A presente autorização é concedida sem caráter de exclusividade e:

- I - não gera direito de preferência para a outorga da concessão;
- II - não obriga o Poder Público a realizar a licitação;
- III - não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração; e
- IV - é pessoal e intransferível.

Parágrafo único. A autorização para a realização dos estudos técnicos não implica, em hipótese alguma, co-responsabilidade da União perante terceiros pelos atos praticados pela empresa autorizada.

Art. 5º A apresentação, entrega e disponibilização de quaisquer dados, documentos, estudos, levantamentos, fotos, ilustrações, figuras, tabelas, planilhas, especificações e projetos, durante o período de elaboração de estudos e no ato de entrega, implicará transferência dos direitos autorais e propriedade intelectual relativos a eles ao Ministério dos Transportes, não podendo haver nenhuma restrição de confidencialidade sobre quaisquer deles.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput serão cedidos sem ônus, encargos ou condições e poderão ser utilizados total ou parcialmente pelo Ministério dos Transportes, de acordo com sua oportunidade e conveniência, para compor outros estudos, auxiliar na formulação de editais, contratos e demais documentos afins necessários à licitação da concessão.

Art. 6º Os valores relativos aos estudos técnicos selecionados serão ressarcidos exclusivamente pelo vencedor da licitação, desde que efetivamente utilizados no eventual certame.

Parágrafo único. A realização, ou não, do certame licitatório pautar-se-á em razões de conveniência e oportunidade, não gerando direito adquirido à realização do certame licitatório.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

PORTARIA Nº 274, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza as empresas que menciona a elaborar a complementação dos Estudos de Viabilidade Técnica com intuito de subsidiar a implantação da infraestrutura ferroviária da EF-354, no trecho entre Anápolis (GO) e Corinto (MG), desenvolvidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e pelo Decreto nº 7.717, de 4 de abril de 2012, e pelo que consta nos Processos MT nº 50000.031405/2014-71 e MT nº 50000.021683/2014-11;

Considerando que é de interesse da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes a realização de projetos, estudos e levantamentos necessários ao estabelecimento das diretrizes para a elaboração dos planos de outorga e propostas tarifárias, em observância ao art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que cumpre, ainda, à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes avaliar os planos de outorgas e instrumentos de delegação de infraestrutura de transportes, e ao seu Departamento de Concessões, especificamente, promover estudos técnicos e econômicos sobre concessões no setor de transportes; subsidiar a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes na implantação e supervisão da política de concessões do setor de transportes; analisar e submeter à Secretaria de Fomento para Ações de Transportes os planos de outorgas encaminhados pelas agências reguladoras; analisar, desenvolver e avaliar os projetos de concessão, permissão e autorização do setor de transportes; e prospectar oportunidades de concessão em transportes, de acordo com o art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 7.717, de 2012;

Considerando que o art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995, permite que seja autorizada a realização de estudos, levantamentos ou projetos, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, a serem especificados no edital;

Considerando que o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 112/2012-Plenário, recomendou que o Ministério dos Transportes utilize, por analogia, o Decreto nº 5.977, de 1º de de-

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,00
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 500	R\$ 3,00	R\$ 4,50
- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107		